



UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

CAMPUS SENHOR DO BONFIM

COLEGIADO DE GEOGRAFIA

PAULA JEANE FRANÇA ALEIXO JUSTINO

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO URBANO DO ALTO DA
MARAVILHA, SENHOR DO BONFIM- BA.**

SENHOR DO BONFIM, BA

2022

PAULA JEANE FRANÇA ALEIXO JUSTINO

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO URBANO DO ALTO DA
MARAVILHA, SENHOR DO BONFIM- BA.**

Trabalho apresentado a Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF, Campus Senhor do Bonfim, como requisito para obtenção do título de Licenciada em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Átila de Menezes Lima
Coorientador: Prof. Lourival dos Santos Sampaio

SENHOR DO BONFIM, BA

2022

J96e Justino, Paula Jeane França Aleixo
A educação escolar quilombola na comunidade remanescente de quilombo urbano do Alto da Maravilha, Senhor do Bonfim- Ba/Paula Jeane França Aleixo Justino. – Senhor do Bonfim-BA, 2022.
52 f.: il.; 29 cm

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) - Universidade Federal do Vale do São Francisco, Campus Senhor do Bonfim-Ba, Senhor do Bonfim-Ba, 2022.

Orientador: Prof. Dr. Átila de Menezes Lima.
Coorientador: Prof. Lourival dos Santos Sampaio

1. Comunidade Remanescente de Quilombo - Estudo. 2. Educação Escolar Quilombola. 3. Projeto Político Pedagógico - Análise I. Título. II. Lima, Átila de Menezes (Orient.). III. Universidade Federal do Vale do São Francisco.

CDD 307.7

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Integrado de Biblioteca SIBI/UNIVASF

Bibliotecário: Fábio Santiago

CRB5/1785

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

CURSO DE GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

PAULA JEANE FRANÇA ALEIXO JUSTINO

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO URBANO DO ALTO DA
MARAVILHA, SENHOR DO BONFIM- BA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Licenciatura em geografia, pela Universidade
Federal do Vale do São Francisco.

Aprovado em: 02 de setembro de 2022.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Átila de Menezes Lima (orientador)

Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF

Prof.^a Dra. Carmélia Aparecida Silva Miranda
Universidade do Estado da Bahia/ UNEB

Prof. Dr. Marco Aurélio Rodrigues.
Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF

Prof.^a Dra. Lorena Ferreira de Souza Almeida
Universidade Federal do Vale do São Francisco/UNIVASF

Dedicatória
À minha família, amigos, grupo do vinho e professores que juntos dialogamos no
processo de ensino e aprendizagem para um futuro melhor e igualitário.

AGRADECIMENTOS

O tempo é uma máquina
Que alinhava pensamentos
Borda sonhos
Terce planos
E costura realidades.

Assim, Deus o dono do tempo
Presenteou dona Marlene, minha mãe
Mulher negra, guerreira e de fé
Com uma máquina de costura
Na qual entre linhas e tecidos
Sustentou, criou, educou e amou
Os seus e outros filhos.

Seguindo a linha da minha criação
Agradeço a Deus, a família e amigos
Pelo apoio, amor e dedicação.

Em cada ponto firmado
Agradeço aos professores, instituição
E funcionários
Pelo processo de ensino e aprendizado.

E a todos vocês que alinhavam, costuram e bordam
Na busca de uma sociedade igualitária
Muito obrigada.

Paula Aleixo

"A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une" Milton Santos.

RESUMO

O presente estudo teve como objetivo analisar o Projeto Político Pedagógico dos seguintes espaços educacionais: Escola Municipais Creche Professor Fernando Dantas, Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima e Escola Municipal Cândido Félix Martins, ambas localizadas na comunidade remanescente de quilombo urbano do Alto da Maravilha em Senhor do Bonfim, Bahia. Para tanto, tendo como questão norteadora da pesquisa: Compreender como a cultura local está contemplada na Educação Escolar Quilombola e identificar algumas práticas educativas que colaborem com as necessidades da comunidade. Apresentando como objetivo geral compreender se o PPP contempla as necessidades da comunidade quilombola na qual as escolas estão localizadas. E como os objetivos específicos: Identificar como a comunidade é retratada no Projeto Político Pedagógico dessas escolas e verificar através do PPP como a cultura local está dialogando com a Educação Escolar Quilombola nessas escolas. A metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico e documental, realizada por meio de análise do Projeto Político Pedagógico dos referidos espaços educacionais e a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Em suas práticas educativas implementam as questões sociohistóricas e culturais da Educação Quilombola, apresentando, assim uma educação que considera a história e realidade da comunidade escolar, e caminha para uma efetivação destas políticas educacionais no chão da escola. Assim este trabalho foi fundamentado por autores que discutem a temática da educação escolar como: Arroyo (2015), Ramos (2012) e Souza (2015), entre outros documentos que definem a Educação Escolar quilombola como CNE/CEB de 20 de novembro de 2012. Diante disso, foi possível identificar através do PPP que Educação Escolar Quilombola é atendida de forma parcial as necessidades e especificidades da comunidade quilombola onde está inserida, pois nem todas as escolas localizadas neste território tem o conhecimento das Diretrizes específicas para a Educação Escolar Quilombola.

Palavras-chave: Comunidade Remanescente de Quilombo. Educação Escolar Quilombola. Projeto Político Pedagógico.

ABSTRACT

The present study aimed to analyze the Political Pedagogical Project of the following educational spaces: Municipal Nursery School Professor Fernando Dantas, Municipal School Of Our Lady of Fatima and Municipal School Cândido Félix Martins, both located in the remaining community of quilombo urbano do Alto da Maravilha in Senhor do Bonfim, Bahia. To this end, having as a guide question of the research: Understand how the local cultura is contemplated in the Quilombola School Education and identify some educational practices that collaborate with the needs of the community. The general objective is to understand whether the PPP addresses the needs of the quilombola community in which the schools are located. And as the specific objectives: Identify how the community is portrayed in the Political Pedagogical Project of these schools and verify through the PPP how the local culture is dialoguing with the Quilombola School Building in these schools. The research methodology was based on a qualitative approach, of bibliographic and documentary type, carried out through data analysis of the Pedagogical Political Project of the aforementioned educational spaces and Resolution CNE / CEB nº 8, of November 20, 2012 - Defines National Curricular Guidelines for Quilombola School Education in Basic Education. In their educational practices, they implement the socio-historical and cultural issues of Quilombola Education, thus presenting an education that considers the history and reality of the school community, and moves towards the realization of these educational policies on the school floor. Thus, this work was supported by authors who discuss the theme of school education such as: Arroyo (2015), Ramos (2012) and Souza (2015), among other documents that define Quilombola School Education as CNE / CEB of November 20, 2012. Therefore, it was possible to identify through the PPP that Quilombola School Education is partially met the needs and specificities of the quilombola community where it is inserted, because not all schools located in this territory have the knowledge of the specific Guidelines for Quilombola School Education.

Keywords: Remaining Quilombo Community. Quilombola School Education. Pedagogical Political Project.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BA	Bahia
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CNE	Conselho Nacional da educação
CONAE	Conferência Nacional da Educação
CRQs	Comunidades Remanescentes de Quilombos
DCNEEQ	Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Escolar Quilombola
DCNEEQEB	Diretrizes Curriculares Nacional da Educação Escolar Quilombola para Educação Básica
DOU	Diário oficial da União
EEQ	Educação Escolar Quilombola
FCP	Fundação Cultural Palmares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
PPP	Projeto Político Pedagógico
TIPNI	Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização do bairro Alta da Maravilha, senhor do Bonfim, Bahia, com destaque para as escolas municipais da comunidade;

Figura 2- Comunidade remanescente de quilombo Alto da Maravilha;

Figura 3-Tabela - Número de Comunidades Remanescentes de Quilombos- CRQs presentes no Brasil. Mar. 2022;

Figura 4-Tabela - Comunidades quilombolas certificadas e escolas em funcionamento no território de Senhor do Bonfim, BA. (2020);

Figura 5- Creche Professor Fernando Dantas;

Figura 6- Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima;

Figura 7- Escola Municipal Cândido Félix Martins.

Sumário

1 INTRODUÇÃO	13
2 QUILOMBOS DE ONTEM COMUNIDADES REMANESCENTES DE HOJE: a militância continua.....	21
3 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	24
3.1 Práticas Educativas na Educação Quilombola	27
4 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM NÚMEROS.....	29
5 A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: REFLEXÕES A PARTIR DAS UNIDADES ESCOLARES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO URBANO, NO BAIRRO ALTO DA MARAVILHA.....	33
5.1 As unidades escolares da comunidade remanescente de quilombo urbano, no Bairro Alto da Maravilha: Reflexões dos Projetos Políticos Pedagógicos	35
5.1.1 Creche Professor Fernando Dantas: Caracterização e reflexões do PPP	36
5.1.2 Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima: Caracterização e reflexões do PPP	39
5.1.3 Escola Municipal Cândido Félix Martins: Caracterização e reflexões do PPP	41
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho traz uma abordagem reflexiva sobre a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, cujo movimento é de afirmação e valorização dos saberes históricos e culturais ausentes no currículo escolar, tendo como objetivo principal superar o abismo da exclusão educacional que atinge as pessoas das comunidades renascentes de quilombo sejam elas rurais ou urbanas.

A Educação Escolar Quilombola é uma modalidade de ensino considerada recente no âmbito da Educação Básica, visto que é uma resolução de novembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. É importante ressaltar que esta é uma conquista proveniente das pressões sociais e políticas de diversos movimentos sociais e principalmente dos movimentos negros quilombolas.

Os movimentos sociais em especial o movimento quilombola estão certos de que os caminhos oportunizados pela educação escolar oferecem reais possibilidades para combater as desigualdades raciais, materiais, econômicas que assolam nosso país desde o tempo da colonização. Desta forma podemos apontar a conquista das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola-DCNEEQ, em 2012, que institui orientações específicas para o funcionamento das escolas nas comunidades quilombolas rurais e urbanas do Brasil como uma belíssima vitória do movimento quilombola.

Conforme Souza (2015), a construção das DCNEEQ, nos anos de 2010 e 2011 foram realizadas em três audiências públicas, sendo que dois destes encontros foram nos estados do Maranhão e da Bahia, ambos localizados na região nordeste e o terceiro ocorreu em Brasília, estes espaços foram abertos para movimentos sociais, quilombolas, professores, pesquisadores, estudantes, poder público e público em geral, de modo que pudessem construir diretrizes que representassem a realidade e os interesses das comunidades quilombolas.

Na perspectiva de Miranda (2012), a Educação Escolar Quilombola como unidade de ensino teve sua trajetória de discurso iniciada na década de 1980, marcada pela mobilização em torno da função social da escola. Esse processo incorporou a dinâmica instaurada pelos movimentos sociais de caráter identitário contribuindo

assim para descortinar mecanismos cotidianos de discriminação contidos na organização curricular, nos livros didáticos e em outros dispositivos.

Arruti (2017), ressalta que a educação escolar quilombola é conceituada, em geral, como sendo aquela ofertada em “escolas em áreas de quilombo”. Desse modo, verifica-se que as escolas são definidas como “quilombolas” na medida em que estão situadas em terras reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares e ou pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-Incra.

Ainda de acordo com art.1º, inciso III as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (2012) é “destinada ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica” (BRASIL, 2012, p.3), e complementando no inciso IV vem apontando que a Educação Escolar Quilombola:

Deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas. (BRASIL, 2012, p. 3).

Em fevereiro de 2002, no Brasil, segundo a Fundação Cultural Palmares-FCP (2022), existiam 3.495 comunidades quilombolas certificadas, sendo que o Estado da Bahia na atualidade, conta com 829 comunidades quilombolas, ocupando o segundo lugar por estados em números de comunidades remanescentes de quilombo reconhecidas.

Informações vinculadas no programa Salto para o futuro que é transmitido pela TV Escola, em programa exibido em 16 de novembro de 2017 apontava que o Brasil no referido ano possuía 2.366 escolas quilombolas, 17.288 professores e 264.404 alunos matriculados. Enfatizando ainda que a educação escolar quilombola está presente mais fortemente nos estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará.

Entendendo que as escolas situadas em comunidades remanescentes de quilombo, ou que estejam fixadas próximas a essas comunidades e que recebam alunos oriundos das mesmas devem seguir as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, o Projeto Político Pedagógico- PPP desses espaços

educacionais deve dialogar com o contexto socioeconômico e cultural dessa comunidade, garantindo assim que os estudantes possam se apropriar também dos conhecimentos tradicionais que promovam a valorização, respeito e preservação da cultura quilombola (CNE, 2012). Desta forma, a escola deve elaborar um PPP que assegure que as especificidades da comunidade quilombola seja colocado em pratica na vivencia de sala de aula para que possa refletir na comunidade.

É a partir de tais entendimentos que buscamos estudar o PPP e na medida do possível compreender as práticas pedagógicas adotadas nas Escolas Municipais situadas no território remanescente de quilombo urbano do Alto da Maravilha¹, localizado na cidade de senhor do Bonfim-BA, que é um município brasileiro localizado no centro norte da Bahia, fazendo parte dos nove municípios que compõem o Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (TIPNI) e está localizado a 375 km da capital Salvador e com uma população de aproximadamente 79.813 mil habitantes, de acordo com dados do IBGE (2021). De clima quente e úmido o ano todo, seu bioma é a Caatinga

Figura 1 – Mapa de localização do bairro Alta da Maravilha, Senhor do Bonfim, Bahia, com destaque para as escolas municipais da comunidade.



Fonte: Reis, Felipe de Souza. (2022)

¹ Optamos por fazer uma análise documental tendo como foco de estudo o PPP das escolas e das Diretrizes Nacionais para Educação Escolar Quilombola na comunidade do Alto da Maravilha, mesmo sabendo da existência e importância de estudos diversos sobre comunidades quilombolas em Senhor do Bonfim e demais municípios do Território de Identidade do Piemonte Norte do Itapicuru – TIPNI. O objetivo central foi estudo voltado para a Educação Escolar Quilombola e o projeto político pedagógico.

O Alto da Maravilha é um bairro periférico pertencente ao território da cidade de Senhor do Bonfim, Bahia. Esta comunidade carrega ao longo da sua formação territorial trajetórias religiosas, culturais retratadas nas lutas das comunidades remanescentes de quilombo urbano espalhadas por muitas cidades deste país, fruto da resistência contra a escravidão. Conforme propõe Santos (2009) o território se constitui a partir da apropriação, do uso, da transformação do espaço físico mais a identidade que compõem determinado grupo social.

Figura 02. Comunidade remanescente de quilombo Alto da Maravilha



Fonte: Autora (2022)

O bairro Alto da Maravilha foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares como sendo uma comunidade remanescente de quilombo, certificada na portaria 51/2007, publicado no diário oficial no dia 16/05/2007. (FCP, 2021). As comunidades remanescentes de quilombos urbanos buscam o reconhecimento de sua identidade para romper o ciclo da segregação socioespacial que na maioria das vezes estão relacionadas com o processo de divisão e luta de classes.

De acordo com Reis (2012). A formação de quilombos, predomina uma visão de quilombo isolado no alto de uma serra e teve uma maioria que não foi assim. Os fugitivos eram poucos e se estabeleciam próximo a povoados, fazendas e às vezes

nas mediações dos importantes centros urbanos. Assim formaram-se muitas comunidades remanescentes de quilombos urbanos.

Alto da Maravilha é um dos maiores bairros periféricos da cidade de Senhor do Bonfim, conta com três escolas municipais, uma unidade do Centro de Referência da assistência Social-CRAS, três postos de saúde nos quais estão cadastradas 1.032 famílias, do total de 6.761 pessoas cadastradas que moram no bairro e utilizam os serviços de saúde destas unidades², além de dois cemitérios, pelo menos quatro associações de moradores, vários mercadinhos, padarias e lanchonetes.

Em relação a infraestrutura, a comunidade apresenta problemas inerentes como muitas ruas sem calçamento e rede de esgoto, em algumas ruas do bairro só tem água nas torneiras uma vez por semana, iluminação pública precária, falta de segurança nas ruas e também não há transporte coletivo para os moradores.

O Alto da Maravilha também tem várias representações religiosas e culturais, no que tange a parte da religião, a comunidade apresenta aceitação e respeito a diversas crenças, pois no bairro tem igreja católica, várias igrejas evangélicas, terreiros e benzedoiras. A cultura é outro ponto forte da comunidade, pois apresenta duas escolas de samba a “Volta do Morro” e a Vai quem quer” que são tradicionais no carnaval bonfinense e a mais de cinquenta anos saem pelas ruas do bairro em direção ao centro da cidade. Outra representação cultural importantíssima é a “Roda do Palmeira” que teve início nos anos sessenta, através da matriarca da família Ferreira, formadas por senhoras da comunidade que cantam e declamam versos enquanto rodam em ciclo de mãos dadas, no bairro também tem grupos de capoeira e várias formas de artesanato feitos por moradores locais³.

A comunidade do Alto da Maravilha conta com três escolas da rede municipal, quais sejam: Creche Professor Fernando Dantas, um espaço educacional que atende alunos de 2 a 6 anos de idade, ou seja, contempla a modalidade da Educação Infantil e que no ano de 2022, contava com 233 alunos matriculados, divididos em 13 turmas, 6 no turno matutino e 7 no turno vespertino e conta também com uma equipe de 10

² Informações obtidas com enfermeiros e coordenadores dos postos de saúde localizados na comunidade, dia 16 de março de 2022, vale ressaltar que neste período havia 6 agentes de saúde afastados, portanto, existe muitas famílias que ainda não constam nos cadastros internos dos postos de saúde.

³ Informações obtidas com as mulheres que formam a diretoria da Associação Quilombola da Comunidade Urbana do Alto da Maravilha e Adjacências- ACQUUMA.

professores⁴. A necessidade de ter um espaço educacional que oferte a educação infantil na própria comunidade está especificada no artigo 15 das (DCNEEQ, 2012, p.10), que traz a seguinte reflexão: “a oferta da Educação Infantil na Educação Escolar Quilombola deverá ser garantida à criança o direito a permanecer com o seu grupo familiar e comunitário de referência, evitando-se o seu deslocamento”.

A Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, oferece para comunidade a etapa do Ensino fundamental I, ou seja, turmas do 1º ao 5º ano. No ano de 2022, a escola conta com 198 alunos matriculados, divididos em 8 turmas nos turnos matutino e vespertino. A mesma contava com uma equipe de 8 professores e desses somente 1 professor é morador do Alto da Maravilha⁵, realidade indo na contramão dos princípios da Educação Escolar Quilombola que orienta no artigo 8º a “presença preferencial de professores e gestores quilombolas nas escolas quilombolas e nas escolas que recebem estudantes oriundos de territórios quilombolas” (DCNEEQ, 2012, p.7),

A Escola Municipal Cândido Felix Martins, conta com turmas que vão do 5º ano do Ensino Fundamental I até o 9º ano do Ensino Fundamental II, nos turnos matutino e vespertino e conta no ano de 2022, com 234 alunos matriculados e uma equipe de 10 professores⁶. Ainda de acordo com as (DCNEEQ, 2012, p.11) no Art. 17, temos que:

O Ensino Fundamental, direito humano, social e público subjetivo, aliado à ação educativa da família e da comunidade deve constituir-se em tempo e espaço dos educandos articulado ao direito à identidade étnico-racial, à valorização da diversidade e à igualdade. (DCNEEQ, 2012, p.11).

A iniciativa de estudar a temática da Educação Escolar Quilombola tendo como base as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica e o PPP das escolas municipais localizadas na comunidade remanescente de quilombo urbano do Alto da Maravilha, surgiu quando conheci e me associei a Associação Quilombola da Comunidade Urbana do Alto da Maravilha e Adjacências- AQCUMA, que vem atuando em prol do coletivo principalmente na área da educação, e desta maneira acredito que esse trabalho acadêmico venha contribuir trazendo reflexões nas orientações da Educação Escolar Quilombola na busca de

⁴ Dados obtidos junto a secretaria da Creche Professor Fernando Dantas.

⁵ Dados obtidos junto a secretaria da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima.

⁶ Dados obtidos junto a secretaria da Escola Municipal Cândido Felix Martins.

manter viva a história e cultura local, estando acessível às futuras gerações, por constituir-se um material didático que poderá ser consultado e estará acessível para a comunidade.

Perante o exposto, este estudo tem enquanto relevância acadêmica e social, o intuito de produzir material para servir de base para outros estudos. Sendo assim, buscamos colaborar para que as diretrizes escolares quilombola sejam de fato vivenciadas nas escolas que atendem alunos oriundos das comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos. Bicalho e Rodrigues (2019) acrescentam que:

(...) a luta pela educação quilombola se situa, como resultado do acúmulo de discussões no movimento quilombola e em ampla disputa no Estado. A partir do momento que essas comunidades compreendem as representações inferiorizantes, de subordinação e negação de direitos ao longo da história, passando a pautar uma educação referenciada com as suas demandas. (BICALHO e RODRIGUES, 2019, p. 85).

Nessa perspectiva, levantam-se questionamentos que conduziram a realização do presente estudo, sendo eles: Como o PPP é exercido nestas escolas? Existem práticas educativas específicas da educação quilombola e elas estão contempladas no PPP? Como o ppp é exercido nestas escolas? Compreender como comunidade é retratada no Projeto Político Pedagógico desses espaços educacionais. Verificando ainda, qual papel do PPP, no provimento de uma educação diferenciada nas escolas municipais quilombolas da comunidade remanescente de quilombo urbano do Alto da Maravilha?

A pesquisa pretende, portanto, sistematizar dados e registros pertinentes ao PPP das escolas quilombolas municipais do Alto da Maravilha; analisar as normativas nacionais e estaduais que contemplam a modalidade; verificar as ações quanto ao cumprimento de uma política educacional específica no que tange o seu processo de formulação e implementação nas escolas que dialoguem com os conhecimentos tradicionais produzidos pelas próprias comunidades quilombolas, tais como elementos da cultura e identidade.

A metodologia da pesquisa foi de abordagem qualitativa, do tipo bibliográfico e documental, realizada por meio de análise do Projeto Político Pedagógico dos referidos espaços educacionais e a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola

na Educação Básica, dentre outros documentos pertinentes para a construção do trabalho.

Para tanto foi feito um levantamento de documentos sobre o tema em pauta, a fim de levantar fontes seguras para embasamento teórico acerca da Educação Escolar Quilombola, sendo estes, materiais como artigos, livros, leis, decretos, resoluções nacionais e estaduais disponibilizadas pelo orientador e ou disponibilizados na internet em diversos sites, além do PPP que foram disponibilizados pelos diretores das escolas no campo da pesquisa.

Em síntese, foi feita a leitura e análise de todo material citado acima os quais foram de fundamental importância no alicerce e na construção do conhecimento e formulação das propostas que fundamentaram o resultado deste trabalho acadêmico.

O trabalho acadêmico está estruturado em cinco capítulos: sendo este o primeiro que se trata da introdução, na qual está presente o tema e o problema de pesquisa, objetivos e metodologia para tratar sobre a temática da Educação Escolar Quilombola.

O segundo capítulo vem trazendo um breve contexto histórico sobre a origem dos quilombos no Brasil que resultaram nas comunidades remanescentes de quilombo na atualidade.

No terceiro capítulo fazemos reflexões gerais sobre a Educação Escolar Quilombola pautada nas Diretrizes Escolar Quilombola. No quarto, debateremos sobre o quantitativo de ofertas da Educação Escolar Quilombola dialogando com o quantitativo de territórios certificados. No quinto, buscamos compreender a importância do Projeto Político Pedagógico na Educação escolar Quilombola trazendo reflexões a partir das unidades escolares da comunidade remanescente de quilombo urbano, no Bairro Alto da Maravilha. Por fim, no sexto capítulo é composto pelas considerações finais, em que apresentamos as nossas principais conclusões a que chegamos com este estudo.

2 QUILOMBOS DE ONTEM COMUNIDADES REMANESCENTES DE HOJE: a militância continua.

Para que os elementos desta pesquisa sejam melhor compreendidos, se faz necessário apresentarmos um breve levantamento histórico sobre a origem dos quilombos brasileiros, destacando os conceitos do termo “quilombo” a partir das relações sociais e culturais na produção do espaço vivido, além de sua relação com a sociedade, dando ênfase para a educação oferecida para a sua população, apoiando nas Leis Diretrizes e Bases para Educação Escolar Quilombola de (2012).

O Brasil teve suas organizações sociais estruturadas num contexto escravocrata e foi nessa época que se formaram as primeiras comunidades quilombolas que era uma forma de resistência ao sistema, conforme afirma Reis e Gomes (2012) descrevendo que a escravidão sempre veio acompanhada de um movimento de resistência, e de vários tipos, mesmo com a forte ameaça e punição através do chicote. A fuga e a formação de grupos de escravizados negros no Brasil deram origem aos chamados quilombos. Os negros que integravam essas comunidades passaram a ser conhecidos como quilombolas.

De acordo com Moura (2020) os quilombos brasileiros foram a principal forma de luta dos negros contra o escravismo, o mesmo reafirma esta ideia ao destacar que: “esses ajuntamentos proliferaram como sinal de protesto do negro escravo às condições desumanas e alienadas a que estavam sujeitos(...) o quilombola, portanto, aparecia como sinal de rebeldia permanente contra o sistema que o escravizava. (MOURA, 2020, p.21).

Sobre o movimento quilombola no Brasil, Moura (2020) ressalta que:

Poderíamos fazer um arrolamento de quilombolas por todo o Brasil, o que é desnecessário nas produções deste livro. O certo é que, onde quer que a escravidão tivesse se instalado, os quilombolas eram uma constante. Elemento de fricção e desgaste permanente, os quilombolas contribuíram, por isso, ao minerarem e deteriorarem as relações entre senhores e escravos, para a mudança social que desembocou no trabalho assalariado. (MOURA, 2020, p. 48 e 49).

Um dos quilombos que se tornaram mais famosos foi o Quilombo de Palmares, que de acordo com Funari (2012, P. 34) “Palmares nasceu de escravos fugidos

que se estabeleceram na Zona da Mata, cerca de setenta quilômetros a oeste do litoral, no início do século XVII”. Funari e Carvalho (2005) ressaltam que: “uma das figuras mais importantes do Quilombo dos Palmares, bem como de todo movimento negro e da história do Brasil, é Zumbi. O líder quilombola”.

Ainda de acordo com Souza (2012) as definições de quilombos estão derivadas em três pilares:

a) quilombo histórico, lugar da memória da resistência negra. Um fenômeno histórico específico que se estruturava no seio do sistema colonial escravista e o combatia; b) como referência simbólica e conteúdo político(...); c) quilombo de direito, conforme o art. 68 da Constituição Federal de 1988, sítios de detentores de resistência histórica e legitimidade jurídica e de pertença cultural remanescente. (SOUZA, 2012, p. 63).

Diante das afirmações acima pode-se perceber a importância da questão dos quilombos que é um elemento importante na história do Brasil, pois se constituíram em espaços de resistência durante a escravidão e, na atualidade, como espaços de resistência cultural. Definidos como comunidade remanescente de quilombo.

Conforme o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o Artigo 68, em termos legais temos que:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural. (BRASIL, Decreto 4.887, de 20/11/2003).

O reconhecimento assegurado em lei das comunidades remanescentes de quilombo é fruto da luta e resistência à opressão histórica sofrida que fortaleceu as reivindicações e transformou-se em moeda de legitimação da posse de território ocupados de forma coletiva por descendentes das últimas gerações de pessoas escravizadas no Brasil.

Ainda de acordo com o Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003, disposto no Art. 5º:

Compete ao Ministério da Cultura, por meio da Fundação Cultural Palmares, assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o INCRA nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos, bem como para subsidiar os trabalhos técnicos quando houver contestação ao procedimento de identificação e reconhecimento previsto neste Decreto.(BRASIL, Decreto 4.887, de 20/11/2003).

Hoje, existem diversas comunidades remanescentes desses quilombos espalhadas por todo o país. Para Souza (2012, p. 87) as comunidades remanescentes de quilombo são “aquelas comunidades que sobreviveram à escravidão, à abolição e a todos os demais processos pelos quais o país passou, mantendo viva a sua identidade quilombola”. A autora ainda ressalta que embora a maioria das comunidades remanescentes de quilombo estejam situadas no campo, também tem várias comunidades localizadas nas cidades, reflexo das fugas para as matas nos sapés de montanhas próximas a cidades colonizadas.

A repressão aos quilombos e a segregação da população negra, no entanto, não terminou com a abolição da escravatura em 1888, e nem com a Constituição Federal Brasileira de 1988, que contém marcos importantes na luta contra o racismo como a Lei N° 7.668, de 22 de agosto de 1988, que autoriza o poder executivo a constituir a Fundação Cultural Palmares e da outras providencias e a Lei 7.716, de 05 de janeiro de 1989 (LEI CAÓ) que define os crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor.

Apesar das lutas travadas e de algumas vitórias conquistadas Souza (2012, p. 96), ressalta que:

As comunidades remanescentes de quilombo em todo Brasil vivem em situação de desigualdades socioeconômica e de espoliação de direitos que são assegurados pela Constituição (...) A maioria desses conflitos surgem por motivos fundiários e ou interesses econômicos nas regiões em que se situam os quilombolas. Com isso, essas populações acabam sofrendo toda sorte de discriminação sociocultural e ainda dominação econômica e política, como são os casos de algumas em forças armadas disputam esses territórios. (SOUZA, 2012, p. 96 e 97).

Diante deste contexto, fica evidente que ainda está distante a tão sonhada equiparação social. Souza (2012) faz a seguinte reflexão: essas populações remanescentes de quilombo precisam continuar se articulando na sua militância sociopolítica e saberes afrodescendente em prol da liberdade e da cidadania dos povos oprimidos pelo antigo sistema colonial.

3 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A Constituição Federal- CF (1988), vigente no Brasil garante o direito à educação a todos, e que esta seja ofertada e caracterizada pela igualdade de condições, conforme o art. 205 da CF (1998) que ressalta a educação como sendo:

Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para seu trabalho. (BRASIL, 1988, p 136).

Desse modo, a educação escolar deve ser compreendida como um bem público, de caráter próprio respeitado a diversidade cultural.

A Educação Escolar Quilombola- EEQ foi estabelecida mediante as lutas travadas pelo movimento negro em busca de manter vivas suas culturas e tradições através do processo educacional. Vestena e Ribeiro (2015), ressaltam que:

Com relação à educação, cabe destacar alguns momentos de luta do movimento negro que desencadearam a demanda pelo trato específico da Educação Escolar Quilombola. Destacamos a comemoração dos 300 anos de Zumbi, em 1995, e a realização da “Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida”, a partir da qual surgiu a primeira manifestação pública de articulação nacional dos quilombolas: o I Encontro Nacional, que ocorreu em Brasília no mesmo ano, reunindo uma série de reivindicações concretas das populações quilombolas para o Estado brasileiro, entre elas a educação. É importante também considerar a atuação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), órgão de representação nacional das comunidades. (VESTENA; RIBEIRO, (2015, p. 16).

Freire (2011, p.94) assinala que, “Numa sociedade de classes, são as elites do poder, necessariamente, as que definem a educação e, conseqüentemente, seus objetivos. E estes objetivos não podem ser obviamente, endereçados contra os seus

interesses”. Partindo dessa afirmação podemos perceber o quanto é importante a luta por um sistema educacional que atenda aos interesses das classes menos favorecidas e sobretudo mantenha viva a cultura quilombola na busca pela igualdade social.

Temos que apontar aqui que a Educação Escolar Quilombola é um recorte do processo educativo mais amplo, ou seja, este documento tem como base a Lei e Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996- LDB, tendo como diferencial a necessidade de organização de uma ação educacional, voltados fundamentalmente para o fortalecimento e valorização das comunidades quilombolas, que teve como ponto fundamental a publicação do relatório final da Conferência Nacional da Educação (CONAE) que ocorreu no ano de 2010. Nessa conferência foram apontadas as necessidades procedentes para a elaboração de uma legislação específica para a implementação da Educação Escolar Quilombola e o seu reconhecimento como uma nova modalidade da educação ocorreu em 2012, quando foram publicadas as definições das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica- DCNEEQ, publicada no DOU no dia 20 de novembro de 2012.

Importante destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola compreendem que Educação Escolar Quilombola é aquela realizada em estabelecimentos de ensino localizados nos territórios quilombolas, como também nos espaços educacionais que atendem alunos oriundos de comunidades reconhecidas com remanescentes de quilombo que demandam uma organização curricular de acordo com as singularidades históricas, sociais, e culturais de cada Comunidade.

Neste sentido a Base Nacional Comum Curricular- BNCC, que é uma política nacional curricular que “[...] constitui-se enquanto um documento normativo que seleciona e organiza os conteúdos a serem ensinados ao longo dos níveis e modalidades da Educação básica no Brasil” (BRASIL, 2018, p. 7), acaba gerando uma desvalorização quando se trata da Educação Escolar quilombola, uma vez que há regulamentações específicas para essa modalidade. Desta maneira, a proposta da BNCC de homogeneização curricular provoca impactos negativos na Educação Escolar Quilombola, pois acaba não considerando as particularidades que giram em torno desta modalidade e suas relações territoriais, seus costumes, as tradições e identidade cultural das comunidades remanescentes de quilombo.

Ainda de acordo com a BNCC, “assim para além da garantia de acesso e permanência na escola, é necessário que sistemas, redes e escolas garantam um patamar comum de aprendizagens a todos os estudantes, tarefa para a qual a BNCC é instrumento fundamental” (BRASIL, 2018, p. 8), ou seja, a BNCC se apresenta como sendo referência nacional obrigatória para adequação dos currículos da Educação Básica com função técnica e homogeneizante, suprimindo as especificidades locais e regionais e impondo os objetivos e as temáticas.

Vejamos que a intenção da Educação Escolar Quilombola é construir o conhecimento a partir da realidade do educando através de uma educação libertadora, que segundo Freire:

Para isto, a educação para a “domesticação” é um ato de transferência de “conhecimento” enquanto que a educação para a libertação é um ato de conhecimento e um método de ação transformadora que os seres humanos devem exercer sobre a realidade. (FREIRE, 2011, p.73 e 74)

Sendo assim, as propostas pedagógicas, assim como os regimentos escolares, devem acolher com autonomia e senso de justiça o princípio da identidade pessoal e coletiva de todos que convivem nesse espaço social na busca pela edificação do conhecimento. Por tanto, a construção de uma política específica de educação voltada às Comunidades Remanescentes de Quilombola- CRQs é uma maneira de reconhecer e tentar nivelar no âmbito educacional as diferenças sociais, econômicas e históricas de uma classe étnica que traz no seu DNA as marcas de uma formação econômica e territorial forjada no processo de escravização. De acordo com Arroyo:

Os movimentos sociais apontam por onde avançar. Na diversidade de fronteiras de suas lutas – terra, território, espaço, trabalho, renda... – colocam com destaque o direito à escola, à universidade, à educação, ao conhecimento, à cultura, aos valores produzidos pela humanidade, é um direito atrelado a essas bases materiais do viver. (ARROYO, 2015, p.53 e 54).

Essa compreensão da educação escolar também deve se refletir nas Comunidades Remanescentes de Quilombos, nas quais as instituições de ensino estão inseridas, contemplando atividades curriculares e extracurriculares promovendo uma ampla reflexão a educação e os valores fundamentais para a vida e para a vivência em comunidade.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, define os princípios pelos quais se fundamenta e se orienta a Proposta Curricular elencada a seguir:

- a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade (BRASIL, 2012, p. 3).

Tomando como base as DNEEQEB (2012) temos que a Educação Escolar Quilombola além de ser contemplada por todas as etapas formativas da Educação Básica também necessita ter nas suas ações conceitos específicos das tradições dos povos remanescentes de quilombo, trazendo para o seu plano pedagógico a articulação entre o Ensino da Educação Básica Nacional complementando com as especificidades da Educação Escolar quilombola, entre terra e territorialidade, assim como a noção de memória, oralidade, trabalho, cultura.

Como visto, a Educação Escolar Quilombola é uma modalidade recém-conquistada com muita luta e tendo como sujeito de ação a força do movimento negro que levou a temática a ser inserida nas grandes discussões, até chegar a ser implantada como Educação Básica nas escolas remanescentes de quilombo e em escolas que atendem alunos que são oriundos dessas comunidades.

Desta forma fica entendido que é um desafio para professores, gestores, instituições de formação de professores, de modo particular, para os Sistemas de Ensino, pois neste processo é fundamental a compreensão a respeito da construção sociocultural desses sujeitos sociais, das práticas educativas em interface com a realidade sociocultural dessas comunidades remanescentes de quilombos.

3.1 Práticas Educativas na Educação Quilombola

A modalidade da Educação Escolar Quilombola busca prática educativas que leva em conta a história e cultura local, o modo de vida, e as reivindicações políticas. Souza (2015) afirma que:

A Educação Escolar Quilombola segue nessa perspectiva trazendo uma relação explícita entre o conhecimento ancestral de matriz africana, a formação da identidade quilombola e as relações de poder, estando vinculada ainda a uma noção de democratização e transformação da sociedade. (SOUZA, 2015, p. 49).

De acordo com a citação acima a perspectiva da construção do ensino e aprendizagem tendo como referências as práticas educativas na EEQ envolvem a percepção da subjetividade de cada sujeito e a comunidade em que eles estão inseridos, ainda sobre a temática Souza (2015) complementa ressaltando que a modalidade EEQ é recente e afirma a importância das comunidades nos processos de afirmação e construção na construção curricular dos espaços educacionais que ofertam a Educação Escolar Quilombola.

Por se tratar de uma modalidade de ensino ainda recente (instituída em 2010), pouco se tem estudando sobre uma pedagogia que seja de fato diferenciada para as comunidades quilombolas na qual a cultura, a oralidade, a memória, as tradições, a estética, a ancestralidade africana estejam inseridas não apenas como conteúdo, mas na própria concepção da ação pedagógica e do currículo. Para a construção de uma pedagogia quilombola acreditamos na necessidade de participação dos/as quilombolas na construção curricular (SOUZA, 2015, p. 49).

Saviani (2005) destaca que “para instalar uma nova teoria é preciso que se desestabilize o que já está instituído; não basta reconhecer o novo como uma verdade, para que esse fato altere a forma de pensar”. Segundo Giroux (1997, p. 65) “trabalhar em sala de aula significa aprender a viver em grupo”. Diante disso, a prática pedagógica do professor deve possibilitar ao aluno adquirir novas competências, a partir das relações que estabelece uns com os outros e com o meio social, histórico e cultural no qual está inserido.

Neste cenário, para que as práticas pedagógicas no âmbito da EEQ, seja construída e posta em prática é preciso refletir a elaboração das ações educativas, considerando alguns elementos oficiais como cultura, tradições, oralidade, memória que nortearão as práticas no âmbito escolar. Sendo assim, podemos destacar o artigo 39 das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, que enfatiza alguns elementos, são eles:

Art. 39 A Educação Escolar Quilombola deve atender aos princípios constitucionais da gestão democrática que se aplicam a todo o sistema de ensino

brasileiro e deverá ser realizada em diálogo, parceria e consulta às comunidades quilombolas por ela atendidas.

§ 1º Faz-se imprescindível o diálogo entre a gestão da escola, a coordenação pedagógica e organizações do movimento quilombola nos níveis local, regional e nacional, a fim de que a gestão possa considerar os aspectos históricos, políticos, sociais, culturais e econômicos do universo sociocultural quilombola no qual a escola está inserida.

§ 2º A gestão das escolas quilombolas deverá ser realizada, preferencialmente, por quilombolas.

§ 3º Os sistemas de ensino, em regime de colaboração, estabelecerão convênios e parcerias com instituições de Educação Superior para a realização de processos de formação continuada e em serviço de gestores em atuação na Educação Escolar Quilombola. (BRASIL, 2012, p. 15).

Neste sentido é importante salientar, que as práticas pedagógicas quilombolas no cenário da educação é uma discussão considerada recente, e que ainda está em construção e efetivação no âmbito escolar, que vem cumprindo um papel essencial para a valorização e reconhecimento da cultura e identidade negra e no combate ao racismo.

Para melhor compreensão quantitativa da Educação Escolar Quilombola, trataremos a seguir uma breve contextualização sobre os números desta modalidade no território nacional, trazendo também quantitativos regional e local.

4 EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA EM NÚMEROS

De acordo com o Censo Escolar de 2007, o Brasil tinha 1.253 escolas localizadas em áreas remanescentes de quilombos. Sete anos depois esse número quase dobrou, é o que aponta os dados do Censo Data Escola Brasil, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2014, pois de acordo com referido censo, o Brasil contava com 2.248 escolas localizadas nas Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ).

Conforme os dados do Censo Escolar da Educação Básica, realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), no ano de 2019 o Brasil contava com 180,6 mil escolas de educação básica.

Se comparando com os dados citados no parágrafo anterior podemos notar que menos de 2% dois por centos destas escolas estão em áreas remanescentes quilombola, ou seja, de 180,6 mil escolas de educação básica, apenas 2.366 escolas da educação básica estão em territórios quilombolas

Segundo a Fundação Cultural Palmares (2022), existem 3.495 comunidades quilombolas certificadas como remanescente de quilombo no território brasileiro. Veja os dados por estado na tabela abaixo:

Figura 3-Tabela - Número de Comunidades Remanescentes de Quilombos- CRQs presentes no Brasil. Mar. 2022.

ESTADOS	Nº de CRQs	ESTADOS	Nº de CRQs
MARANHÃO	845	AMAPÁ	44
BAHIA	829	ESPÍRITO SANTO	42
MINAS GERAIS	418	RIO DE JANEIRO	42
PARÁ	264	PARANÁ	38
PERNAMBUCO	195	SERGIPE	37
RIO GRANDE DO SUL	137	RIO GRANDE DO NORTE	33
PIAUI	94	MATO GROSSO DO SUL	22
MATO GROSSO	78	SANTA CATARINA	18
ALAGOAS	71	AMAZONAS	8
GOIÁS	69	RONDÔNIA	8
SÃO PAULO	56	ACRE	0
CEARÁ	55	DISTRITO FEDERAL	0
PARAÍBA	47	RORAIMA	0
TOCANTINS	45	TOTAL	3.495

Fonte: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, (2022).

Analisando os dados numéricos da figura 3, percebemos que os números mais expressivos em relação à certificação aparecem respectivamente no Maranhão com 845, na Bahia com 829, e em Minas Gerais com 418. Esses dados podem ser explicados pelo grande número de pessoas escravizadas na época do Brasil colônia e início do império, nessas regiões, pois de acordo com Assunção (2012, p. 495), “o

Maranhão apresentava, às vésperas da Independência, as mais altas porcentagens de pessoas escravizadas no período que antecedeu o Império”.

O segundo estado na atualidade com maior número de remanescentes de quilombo é a Bahia que no início do século XIX, segundo Schwartz (2012, p. 429), “cerca de 8 mil a 10 mil africanos chegavam anualmente ao porto de Salvador.”

Ainda de acordo Schwart (2012):

Na primeira década do século XIX, a capitania como um todo tinha uma população de mais de 400 mil pessoas, das quais um terço era de escravos. Salvador tinha uma população de mais de 50 mil, cerca da metade formada por negros, 22% por pardos e apenas cerca de 25% por brancos. Os escravos representavam talvez 40% da população da cidade(...). Na Bahia deste período os africanos provavelmente representavam 60% da população escrava. (SCHWARTZ, 2012, p. 430).

Minas Gerais, também tinha um número significativo de pessoas escravizadas. Em meados do século XVIII, segundo Ramos (2012, p. 187) “Na proximidade das zonas de mineração não havia grandes quilombos, numa escala próxima de Palmares por exemplo. Mas havia numerosos pequenos quilombos, a maioria sem nome ou identificação por sua localização”. Fazendo uma leitura da tabela 1 tomando por base os três estados com maior número de comunidades remanescentes de quilombo no ano de 2020, percebemos que o histórico do passado reflete na atualidade na narrativa da história do Brasil.

Trazendo o texto para a dimensão territorial e entrelaçando a temática da Educação Escolar Quilombola temos que o Território do Piemonte Norte do Itapicuru, conta com 72 comunidades remanescentes, onde o território de Filadélfia tem o maior número de comunidades reconhecidas no total de 26, seguida de Campo Formoso com 21 e Senhor do Bonfim, fica em terceiro com 17 comunidades reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP, 2022). Veja a seguir a tabela com 17 comunidades remanescentes quilombos e seus respectivos espaços educacionais:

Figura 4-Tabela 2- Comunidades quilombolas certificadas e escolas em funcionamento no território de Senhor do Bonfim, BA. (2020)

Nome da comunidade	Situação	Data de Certificação	Escola em funcionamento
ÁGUIA BRANCA	Certificada	07/11/2006	Não há escola em funcionamento
ALTO BONITO	Certificada	07/11/2006	Escola Municipal Alto Bonito

ALTO DA MARAVILHA/ SEDE	Certificada	16/05/2007	Escola Municipal Cândido Felix Martins Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima Creche Escola Professor Fernando Dantas
ANACLETO	Certificada	17/06/2011	Não há escolas em funcionamento
CARIACÁ CAPIM	Certificada Certificada	09/11/2005 07/11/2006	Escola Municipal de Cariacá Não há escolas em funcionamento
CAZUMBA CRUZEIRO	Certificada Certificada	24/05/2013 01/12/2011	Escola Municipal do Cazumba Não há escolas em funcionamento
LAGES LAGINHA	Certificada Certificada	12/07/2005 07/06/2006	Escola Municipal de Lages Não há escolas em funcionamento
MAMOEIRO	Certificada	12/07/2005	Não há escolas em funcionamento
OLARIA/ SEDE⁷	Certificada	07/11/2006	Escola Municipal Professora Nívea Seixas Creche Escola Francesco Galli Instituto Psicopedagógico
PASSAGEM VELHA	Certificada	01/12/2011	Escola Municipal de Passagem Velha
QUEBRA FACÃO	Certificada	07/11/2006	Escola Municipal de Quebra Facão
QUEIMADA GRANDE	Certificada	07/11/2006	Não há escolas em funcionamento
TIJUAÇU	Certificada	12/07/2005	Escola Municipal de 1º Grau de Tijuaçu Escola Municipal Antônio José de Souza
UMBURANA	Certificada	07/06/2006	Escola Municipal Professoras Zenita e Maria Célia

Fonte: Referencial Curricular Bonfinense (2020)

Analisando os dados tabelados, podemos observar que a maioria das comunidades remanescentes de quilombo localizadas no Território de Senhor do Bonfim, foram certificadas entre os anos de 2005 e 2006. Segundo informações coletadas no

⁷ Informação inconsistente, pois a comunidade remanescente de quilombo denominada “Olaria” que é reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, está localizada na zona rural, e está a qual o RCB, faz referência está localizada na zona urbana de Senhor do Bonfim. A informação pode ser constatada no site: [1-CRQs_CERTIFICADAS_versao_19_01_2022.xlsx](https://www.palmares.gov.br/1-CRQs_CERTIFICADAS_versao_19_01_2022.xlsx) (palmares.gov.br)

site da FCP (2020), esses foram os anos com maiores números de comunidades certificadas no Brasil, somando um total de 724 certidões emitidas. Tais ações devem ser compreendidas como resposta do Estado às reivindicações do Movimento Negro, que segue lutando, buscando através das políticas públicas em diversas áreas diminuir a desigualdade social existente em nossa sociedade.

Trazendo a fala para o contexto local com ênfase na educação e ainda analisando os dados da tabela 2, continuando as reflexões, fica evidente que o município de Senhor do Bonfim, possui no seu território, comunidades remanescentes de quilombo, tanto no âmbito rural, quanto no urbano, sendo assim, faz-se necessário, que a educação escolar trace caminhos para fortalecer o combate ao racismo, bem como trabalhar as questões culturais e enaltecer o fortalecimento da identidade através da educação e da cultura. De acordo com o que diz Almeida (2018, p. 25) como: “[...] forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam”.

Portanto, os desafios da Educação Escolar quilombola vão desde valorizar o indivíduo e sua ancestralidade investindo na preservação da identidade, como também focar no combate ao racismo e preparar este aluno para romper as estruturas sociais na busca pela equiparação social justa e digna para todos.

Neste sentido é preciso que se tenha além de um olhar especial pela história e cultura negra local, investimento em formação de professores bem como em matérias que tragam à tona a beleza das nossas tradições culturais quilombolas existentes em nossa região, a fim de resgatar, enaltecer a identidade cultural dessas comunidades remanescentes de quilombo que lutaram e lutam por condições sócio educacionais justas.

5 A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA: REFLEXÕES A PARTIR DAS UNIDADES ESCOLARES DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO URBANO, NO BAIRRO ALTO DA MARAVILHA

O Projeto Político Pedagógico (PPP) é um instrumento que reflete a proposta educacional da instituição de ensino, é um documento que deve ser produzido por todas as escolas e com a participação de representantes de toda comunidade escolar.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9394/96, em seu art.12, inciso I, “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” e o inciso VI, ressalta que deve haver uma “articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola”. Na prática, o PPP estipula quais são os objetivos da instituição e o que a escola, em todas as suas dimensões, vai fazer para alcançá-los.

Ainda de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica (DCNEEQ) de 2012, no artigo 31, o PPP é entendido “como sendo expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social” sobre a proposta do PPP nas escolas que atendem alunos quilombolas e ou estejam inseridas em comunidades remanescentes de quilombos, neste sentido, MOURA (2011), ressalta que:

[...] O PPP das escolas localizadas em comunidades quilombolas e que atendam a essa parcela da população deverá ser uma proposta transgressora.[...] Deverá ainda tematizar e estudar de forma profunda e conceitualmente competente as questões do racismo, os conflitos em relação à terra, a importância do território, a cultura, o trabalho, a memória e a oralidade. (MOURA, 2011, p. 30 e 31).

De acordo com Veiga (2009), a participação na construção no PPP deve ocorrer de forma em que todas as partes envolvidas no processo educativo possam participar, tendo assim a participação de professores, funcionários, alunos, pais e representantes da comunidade, pois participar consiste em colaborar e contribuir na busca da igualdade de oportunidades. O Art. 32 das (DCNEEQ) de 2012 aponta que “O projeto político-pedagógico da Educação Escolar Quilombola deverá estar intrinsecamente relacionado com a realidade histórica, regional, política, sociocultural e econômica das comunidades quilombolas”. O inciso II, do artigo acima citado, assegura que o projeto político-pedagógico deverá considerar:

I - Os conhecimentos tradicionais, a oralidade, a ancestralidade, a estética, as formas de trabalho, as tecnologias e a história de cada comunidade quilombola; II - as formas por meio das quais as comunidades quilombolas vi-

venciam os seus processos educativos cotidianos em articulação com os conhecimentos escolares e demais conhecimentos produzidos pela sociedade mais ampla. (BRASIL, 2012, p. 12).

Trazendo o discurso para o âmbito estadual, temos o Processo CEE Nº 0045143-8/2013 – que estabelecem normas complementares para implantação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Nacionais, para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica – CEB/CEE – BA, que entre outras questões, apontam especificidades sobre a elaboração do PPP nas escolas que estão em território quilombola, veja o que ressalta o Art.: 26 de processo.

Art. 26 o projeto político pedagógico, entendido como expressão da autonomia e da identidade escolar, é primordial para a garantia do direito a uma Educação Escolar Quilombola com qualidade social e deve se pautar nas seguintes orientações:

- I- Observância das diretrizes curriculares nacionais e dos princípios da educação escolar quilombola constantes desta resolução;
- II- Ser construído de forma autônoma e coletiva mediante o envolvimento e participação de toda a comunidade escolar; e
- III- Atendimento as demandas políticas, socioculturais e educacionais das comunidades quilombolas.

Desta forma, fica entendido que a construção do PPP, tem que conter a participação tanto da comunidade escolar, quanto a da comunidade a qual está situada a escola, neste contexto deve ser levado em conta todos os aspectos culturais e sócios locais, na busca pela valorização destes aspectos. Neste sentido, discutiremos nos próximos tópicos a caracterização das unidades escolares das comunidades e seus respectivos PPPs.

5.1 As unidades escolares da comunidade remanescente de quilombo urbano, no Bairro Alto da Maravilha: Reflexões dos Projetos Políticos Pedagógicos

Para melhor compreendermos como está sendo ofertado o ensino, e como são desenvolvidas as práticas educativas na modalidade da Educação Escolar Quilombola nas escolas situadas no bairro Alto da Maravilha, comunidade reconhecida pela Fundação Cultural Palmares, como remanescentes de quilombo, foram realizados estudos e análises do Projeto Político Pedagógico de cada um dos três espaços escolares públicos situados na comunidade.

Este estudo foi necessário e importante para conhecermos o currículo e os projetos desenvolvidos nos referidos espaços educacionais pertencentes à comunidade, tendo como referência a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012 - Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação.

Após estudos e informações colhidas durante a pesquisa, foi possível analisar e perceber diversos pontos importantes, que nos possibilitou perceber como a descrição do perfil de cada comunidade, apresenta pontos em comum, comparada a maioria das comunidades remanescentes quilombolas urbanas, que comumente estão localizadas nas periferias das cidades, e sofrem com as mazelas das desigualdades sociais, que assolam nosso país, este que foi mantido por muitos anos como uma colônia e tendo por base de toda riqueza a exploração da mão de obra de um povo escravizado e analfabeto, e que por séculos manteve a escravidão como base econômica.

5.1.1 Creche Professor Fernando Dantas: Caracterização e reflexões do PPP

A Creche Professor Fernando Dantas se localiza no Loteamento Emanuela, SN- Alto Da Maravilha, Senhor Do Bonfim – Bahia. Este espaço educacional foi inaugurado no dia 28 de maio de 2014. A creche conta com uma boa estrutura física, com oito salas de aula, sala de vídeo, banheiros adequados à educação infantil, banheiros com chuveiros, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de professores, sala da diretoria, sala de secretaria, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado- AEE, cozinha, refeitório, dispensa, parque infantil e pátio coberto. Conforme figura 5.

Figura 5- Creche Professor Fernando Dantas



Fonte: autora (2022)

Esta escola oferta a modalidade da Educação Infantil que de acordo com o art. 29 da LDB 9493/96 é compreendida como “a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 1996), vale ressaltar que a Creche Professor Fernando Dantas oferta atendimento educacional para alunos com idade de 2 anos até 6 anos, com turmas de creche e da pré-escola.

A creche Professor Fernando Dantas, tem 19 profissionais entre professores, diretora, vice-diretora, secretaria, cozinheira, zeladores, coordenador pedagógico e porteiros. A escola está com 233 alunos matriculados, divididos em 13 turmas, lotadas nos turnos matutino ou vespertino, esses alunos são oriundos da própria comunidade.

O PPP da Creche professor Fernando Dantas que está em vigência é o de 2018, pois devido ao momento pandêmico e por conta das demandas das aulas online nos anos de 2020 e 2021, não foi possível a construção de um novo PPP, pois o documento demanda a participação de professores, pais e representantes da comunidade local. Quando refletimos sobre o PPP da creche temos as seguintes ponderações:

Ao analisar o perfil da comunidade sob a ótica do PPP, conseguimos ver refletida a desigualdade social que abrange a maioria das comunidades remanescentes de quilombos urbanos no seguinte trecho: “A população do entorno da escola é formada na sua maioria de famílias com baixa renda. Há um percentual de famílias desestruturadas [...], dependência química, alcoolismo e entre outros problemas presentes na vida da comunidade” (PPP, 2018, p. 44). Ainda seguindo com a descrição do perfil da comunidade o documento ressalta que:

Mesmo a escola estando localizada em uma região quilombola urbana e tendo algumas associações demasiadamente organizadas e órgãos públicos de saúde e acompanhamento social (PSF e CREAS), na comunidade ainda não acontecem ações efetivas para diminuir ou erradicar tais problemas citados (PPP, 2018, p. 44).

Percebemos diante das pontuações feita no PPP da referida escola, acerca da caracterização da população local, que se trata de uma comunidade onde a maioria das pessoas precisam de assistências sócias efetivas, pois mesmo o bairro contando

com órgão como o CRAS e PSFs, as ações sociais ainda não são suficientes para atender a demanda do bairro.

Observamos que referente a Educação Escolar Quilombola a Creche Professor Fernando Dantas, tem dado uma ênfase maior ao descrever a cultura nas comunidades renascentes quilombola, como também, sobre a importância de trabalhar essas temáticas em sala de aula, valorizando assim a cultura local no processo educacional.

O Projeto Político Pedagógico da Creche Professor Fernando Dantas, em um dos seus objetivos específicos, tem como destaque: “Zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola das comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais”. (C.P.F.D,2018, p. 51), ressaltando que é preciso “Conhecer e identificar aspectos sócio-histórico-culturais que caracterizam a comunidade escolar como remanescente de quilombo”. (C.P.F. D, 2018, p.51). Dessa forma, compreendemos que a educação escolar quilombola, deve partir do princípio de que não se faz educação quilombola sem considerar a realidade histórica, as manifestações culturais, a conjuntura política, econômica e social das comunidades tradicionais, partindo da realidade local até a global.

Nas principais ações que compõem o PPP da Creche Professor Fernando Dantas, podemos perceber que há uma preocupação em que os professores participem de atividades de formação continuada nos cursos ligados à cultura afro-brasileira, buscando aperfeiçoar seus conhecimentos e práticas pedagógicas, para promover o fortalecimento da identidade étnico-racial nas práticas em sala de aula, esta questão fica evidente no objetivo onde acentua a:

Participação nos cursos de formação continuada em parceria com a **SEMEC** para promover o fortalecimento da identidade étnico-racial, da história e cultura afro-brasileira e africana ressignificada, recriada e reterritorializada nos territórios quilombolas. (C.P.F. D, 2018 p. 54).

O Projeto Político Pedagógico da Creche Professor Fernando Dantas, mantém este objetivo de buscar garantir a participação continuada, reconhecendo a necessidade da formação dos professores como fator importante, e segue destacando que:

Comemorar o dia Nacional da Consciência Negra, enfatizando sua contribuição em diversos eixos como: artes, músicas, dança, teatro, movimentos adequados às faixas etárias e de acordo com a realidade sociocultural das comunidades quilombolas. (C.P.F. D, 2018 p. 54).

Podemos perceber que as questões étnico-raciais, culturais e sociais vivenciadas no dia-a-dia escolar e familiar ligadas ao preconceito, racismo, valorização da identidade racial, respeito, intolerância religiosa e direitos humanos realizadas na escola, na sua maioria estão sendo veiculadas de acordo com as propostas das diretrizes da Educação Escolar Quilombola de 2012, que versa sobre uma política pública cujo movimento é de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais secularmente adquiridos nas comunidades remanescentes de quilombo ao longo de suas trajetórias.

5.1.2 Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima: Caracterização e reflexões do PPP

A escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, está localizada na rua Adjacy Muricy, Loteamento Santo Antônio SN- Alto Da Maravilha, Senhor Do Bonfim - Bahia.

A escola foi inaugurada no ano de 1997. Este espaço educacional conta com uma boa estrutura física, 5 salas de aula, sala de vídeo, sala de leitura, banheiros adequados à educação infantil, sala de professores, sala da diretoria, sala de secretaria, cozinha, refeitório, dispensa, pátio coberto e pátio descoberto. Conforme fotografia abaixo:

Figura 6- Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima



Fonte: Autora (2022)

Este espaço educacional oferta a modalidade do Ensino Fundamental I, que segundo a Art. 32 da LDB 9493/ 96, e apontado como “obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão(...)” é valido pontuar que a Escola caracterizada neste tópico conta com turmas do primeiro ao quinto ano. A escola, tem 14 profissionais entre professores, diretora, vice-diretora, secretaria, cozinheira, zeladores, coordenador pedagógico e porteiros.

A escola está com 212 alunos matriculados, divididos em 10 turmas, lotadas nos turnos matutino ou vespertino, esses alunos são oriundos tanto da própria comunidade como também da Suíça e do Horto que são comunidades rurais próximas ao bairro do Alto da Maravilha.

O PPP da Escola Municipal Nossa Senhora de Fatima, que está em vigência é o de 2018, pois devido ao momento pandêmico causado pela “Covid 19” e por conta das demandas das aulas online nos anos de 2020 e 2021, não foi possível a construção de um novo PPP. Ainda de acordo com análise do PPP da referida escola temos que:

Ao analisar o Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, como foco no perfil da população local, nos deparamos com a descrição próximo com a do PPP da Creche Professor Fernando Dantas, que aponta o alcoolismo e o uso de drogas como sendo fatores de desestruturação familiar na comunidade. De acordo com o PPP da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima: “O bairro enfrenta problemas de dependência química, alcoolismo, entre outros, gerando desestruturação familiar” (PPP, 2018, p. 11) e destaca como ponto motivo diante de pontos negativos, o ingresso de vários estudantes do bairro nas universidades, como também a valorização da cultural local, após a revitalização da Associação Quilombola, que vem desenvolvendo ações direcionadas ao público remanescente de quilombo.

Ao analisar o PPP da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, buscando pela representatividade da cultural local encontramos a citação da Lei 10.639/03, que versa sobre o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica, e ressalta a importância da cultura negra na formação da sociedade brasileira. Contextualizando e valorizando a comunidade e a identidade local.

O PPP, também traz presente trecho que conta um pouco da origem da comunidade através de relatos de antigos moradores:

Segundo relato de moradores antigos, o Bairro Alto da Maravilha por ser de difícil acesso e localizado em um Planalto, foi escolhido por escravos fugitivos em busca da liberdade, tornando-se uma área de remanescentes de quilombo. Entretanto, há muita dificuldade em encontrar registros desse acontecimento Histórico nessa comunidade [...] (P.P.P, 2018, p.13).

Podemos perceber que a gestão da Escola Municipal Nossa Senhora de Fátima, buscou conhecer e valorizar o histórico da comunidade remanescente de quilombo, na qual ela está inserida, para construir seu plano de ações, trazendo presente as crenças e a cultura local, para que os alunos, no processo de formação e desenvolvimento, sejam efetivamente membros da comunidade escolar e da sociedade como um todo. Assim, de acordo com o PPP da escola:

Cabe à escola fortalecer as ações de formação continuada desenvolvidas no cotidiano das escolas quilombolas, aquisição de acervo com a temática ético-racial, adquirir e elaborar matérias didáticos pedagógicos, priorizando assim o resgate cultural local. (P. P.P, 2018,p. 13).

Mediante a citação acima, podemos perceber que a escola em questão apoia a formação continuada na temática da Educação escolar quilombola para os professores, bem como busca por material didático apropriado para o ensino e aprendizagem, com o objetivo de dar continuidade a cultura e as tradições da comunidade.

5.1.3 Escola Municipal Cândido Félix Martins: Caracterização e reflexões do PPP

A escola Municipal Cândido Félix Martins, está localizada na rua Nossa Senhora de Fátima, SN- Alto Da Maravilha, Senhor Do Bonfim - Bahia. A escola foi inaugurada no dia 26 de outubro de 1969.

Figura 7- Escola Municipal Cândido Félix Martins



Fonte: Autora (2022)

Este espaço educacional conta com uma boa estrutura física, 6 salas de aula, sala de vídeo, sala de recursos multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado- AEE, sala de informática, sala de professores, sala da diretoria, sala de secretaria, banheiros, cozinha, refeitório, dispensa, pátio coberto e pátio descoberto e quadra poliesportiva.

Este espaço educacional oferta a modalidade do Ensino Fundamental I e II com turmas do quinto ao nono ano. A escola, tem 23 profissionais entre professores, diretora, vice-diretora, secretaria, cozinheira, zeladores, coordenador pedagógico e porteiros.

A escola está com 234 alunos matriculados, divididos em 8 turmas, lotadas nos turnos matutino ou vespertino, esses alunos são oriundos da própria comunidade, da Suíça e do Horto que são comunidades rurais próximas ao bairro do alto da Maravilha.

Devido ao cenário pandêmico “Covid-19” as aulas presenciais nos anos de 2020 e 2021, foram suspensas e por esse motivo o PPP da Escola Cândido Félix Martins, que está em vigência é o de 2018.

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Cândido Felix Martins, apresenta uma análise mais profunda do perfil da comunidade ressaltando que:

A comunidade local e escolar, na sua maioria, é representada por pessoas de baixa renda e que economicamente encontram-se em péssimas condições de moradia, e de alimentação, o que se pode analisar, em um contexto geral, o que ocorre aqui não é no restante do país, a pobreza, a falta de saneamento básico, doenças, violência, drogas, prostituição e desemprego, também são problemas que afetam este bairro. (PPP, 2018, p. 6).

A descrição do perfil da comunidade remanescente quilombola urbana do Alto da Maravilha, sob o olhar do PPP das escolas, nos mostra a realidade que se assemelha as vivenciadas na maioria das comunidades urbanas de remanescentes quilombos existente no Brasil, isso é resultante da divisão de classe que resulta na desigualdade social, na qual está pautada a formação econômica e territorial do Brasil. Para Souza (2012):

Refletir sobre o sistema colonial escravista é fundamental para a compreensão da experiência da colonização e da formação social brasileira, bem como para entender o significado do quilombismo como expressão de resistência ao poder dominante. (SOUZA, 2012, p. 39).

É necessário trazer o conhecimento, o debate para a sala de aula, de forma a favorecer as reflexões sobre a luta pautada pelas classes menos favorecidas, na busca pela igualdade social, destacando os reflexos, marcas e consequências da colonização e da escravidão que ainda persiste nas comunidades remanescentes e no povo quilombola. Esse cenário precisa ser superado, o conhecimento, nos leva a resistência e lutas, estas que são os alicerces para a superação da desigualdade racial, assim vemos a importância da construção do PPP, que corrobore com as Diretrizes para a Educação Escolar Quilombolas nas escolas que atendam alunos das comunidades remanescentes.

Seguindo a análise, percebemos que no PPP da Escola Municipal Candido Felix Martins, não está presente nenhum relato que afirmasse ou reconhecesse que a comunidade na qual a escola está situada ou é remanescente quilombola, porém o documento enaltece as manifestações culturais locais, trazendo as seguintes informações:

As manifestações folclóricas do bairro são poucas, mas de grande importância para a população local, são elas: As festas de Carnaval com destaques para a Volta do Morro; A festa Religiosa da Padroeira de Nossa Senhora de Fátima que acontece no dia 13 de maio; E as festas Juninas, com destaque para a Roda da Palmeira. (P.P.P, 2018, p.8).

O PPP ainda descreve quais as principais atividades artesanais desenvolvidas na comunidade, ressaltando os trabalhos como: “crochê, bordados, colcha de retalhos, tapetes, doces, licores, pinturas, costuras diversas, bonecas de pano, fuxico, almofadas, entre outros” (p. 8). Trabalhos estes que são fonte de renda para famílias da comunidade.

Podemos perceber a descrição e valorização das crenças, apresentando o segmento religioso na comunidade, tendo predominante é a religião cristã católica, onde os fiéis na sua maioria se reúnem em capelas, pequenos templos de oração, louvor e veneração, sendo a do Bairro dedicada a Nossa Senhora de Fátima, fundada desde 1963. O bairro possui também alguns templos Evangélicos, alguns terreiros de Candomblé e um Centro Espírita (p.8), foi possível perceber que a cultura da comunidade está bem refletida no PPP da escola, porém, não encontramos elementos pedagógicos, como de fato as questões culturais locais vêm sendo trabalhadas em sala de aula. Segundo Souza (2015):

Por se tratar de uma modalidade de ensino ainda recente (instituída em 2010), pouco se tem sobre uma pedagogia que seja de fato diferenciada para as comunidades remanescentes de quilombo, que levem em conta a cultura, a oralidade, a memória e as tradições nas ações pedagógicas. (SOUZA, 2015 p. 49).

É importante frisar que a educação Escolar Quilombola ainda está em construção e efetivação no âmbito escolar, mas vem cumprindo um papel fundamental na inserção da cultura e conhecimento na escola em busca da valorização e reconhecimento da identidade negra, na luta buscando superar as desigualdades sociais.

Com base na CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, que Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, buscamos nos Projetos Político-Pedagógico das unidades escolares municipais localizados no Quilombo Urbano do Alto da Maravilha na Cidade de Senhor do Bonfim, Bahia, conceitos que apontassem características de como estavam sendo trabalhado nas referidas escolas, as Diretrizes Escolares Quilombolas, procuramos no PPP palavras chaves como, cultura, memória, território, tradição, entre outras que fazem parte das diretrizes específicas para esses espaços educacionais, por estarem localizados em comunidades quilombola.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho acadêmico buscou refletir sobre a temática da Educação Escolar Quilombola tendo como foco da pesquisa o Projeto Político Pedagógico das escolas localizadas na comunidade urbana remanescente de quilombo do Alto da Maravilha.

Assim considerando o que foi apresentado e discutido no decorrer desta pesquisa, concluímos que de acordo com o PPP dos referidos espaços educacionais e sabido que as escolas estão localizadas em uma comunidade urbana remanescente de quilombo, como também é relatada neste mesmo documento a situação de vulnerabilidade das pessoas que vive nesta comunidade. E quanto as diretrizes e bases da Educação Escolar Quilombola podemos apontar que são atendidas de forma parcial as necessidades e especificidades da comunidade quilombola onde está inserida, pois nem todas as escolas localizadas neste território tem o conhecimento das Diretrizes específicas para a Educação Escolar Quilombola.

Por ser um espaço de interação sociocultural que considera a história, a vivência e os saberes afro-brasileiros, consolidando, assim uma educação que busca sistematizar em seu Projeto Político Pedagógico, notamos que é preciso que a comunidade e suas tradições culturais estejam mais presentes nestas escolas para melhor contemplar as questões elencadas na legislação nacional para a Educação Quilombola. Como por exemplo ter um maior número de professores oriundos da própria comunidade bem como que as questões culturais, identidade e oralidade sejam trabalhadas durante todo ano letivo e não só nas datas comemorativas.

As práticas educativas realizadas e vivenciadas no âmbito educacional devem contribuir para a formação de sujeitos que valorizem a história, a cultura e a identidade quilombola. Entretanto, essa pesquisa abre novas questões a serem investigadas, a exemplo de problematizar interações entre a escola, a comunidade e os movimentos sociais que discutem a implementação das diretrizes curriculares na educação formal.

Este trabalho é de grande importância para a memória da comunidade Remanescente de Quilombo Urbano do Alto da Maravilha, pois além de trazer uma análise do Projeto Político Pedagógico das Escolas Municipais localizadas neste bairro, tem também uma breve apresentação da descrição sociocultural deste território, sendo assim um importante documento pra estudos futuros bem como instrumento de reivindicação de políticas públicas para a comunidade.

Assim, portanto, temos desafios de manter os direitos já conquistados e de fazer com que continuem acontecendo com efetivação nas escolas e comunidades. E, nesse sentido, é preciso pensar uma educação à luz dos Planos Nacionais de Educação, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Quilombola.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte, (MG): Letramento.2018.

ASSUNÇÃO, M. R. Quilombos maranhenses. /N: REIS, J. J; GOMES, F. S. (Orgs). **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos do Brasil**. 1ª ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2012.

ARROYO, M. G. **Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos**. Educar em Revista, 2015.

ARRUTI, José Maurício. Conceitos, **Normas e Números: uma introdução a educação escolar quilombola**. Revista Contemporânea de Educação, vol. 12, n. 23, jan/abr de 2017. Disponível em: <file:///C:/Users/danya/Downloads/document.pdf>.> Acesso em 14 de mar. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC): educação é a base**. Brasília, DF: MEC/CONSED/UNDIME, 2018. Disponível em:<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.> Acesso em: 27. Mar. 2022.

BRASIL. **Ministério da educação. Instituto Nacional de Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Notas E estatísticas escolares 2017. Disponível em:<<drive.google.com/file/d/1ul8OptGdTzory5J0m-TvwSzILCrXmWeE/view>.> Acesso em novembro de 2018.

_____. **Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013.

_____. **Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 8, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11963-rceb008-12-pdf&category_slug=novembro-2012-pdf&Itemid=30192.> Acesso em 29. Mar. 2019.

_____. **Ministério da Educação. Dispõe sobre a Resolução nº1, de 17 de junho de 2004. Que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e**

Africana, bem como sua fundamentação no Parecer 003/2004. Diário Oficial da União.

_____. **Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil:** texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988- Brasília: Senado Federal. Subsecretaria de edições Técnicas, 2007.

_____. **LDB 9394/96 – “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional”.** Disponível em: < <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. > Acesso em 4. Out. 2020.

_____. **Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003.** Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: < <https://cpisp.org.br/direitosquilombolas-leis-legislacao-federal-d4887-2003/#:~:text=Decreto%20n.%C2%BA%204.887%20de%2020%20de> > Acesso em 09. Ago. 2022.

BICALHO, R.; RODRIGUES. G. G. **Os desafios da educação quilombola e o protagonismo dos movimentos sociais: experiências na comunidade colônia do paiol – bias fortes (mg).** Cadernos de Pós-graduação, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 82-93, jul./dez. 2019. Disponível em: < [file:///C:/Users/danya/Downloads/Os desafios da Educacao Quilombola e o protagonism.pdf](file:///C:/Users/danya/Downloads/Os%20desafios%20da%20Educacao%20Quilombola%20e%20o%20protagonism.pdf). > Acesso em: 19. Mar. 2022.

Conferência Nacional de Educação- CONAE 2010. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação:** O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação. Relatório final. Disponível em: < http://pne.mec.gov.br/images/pdf/CONAE2010_doc_final.pdf. > Acesso. 19. Out. 2020.

FREIRE, Paulo. **Ação Cultural para a liberdade e outros escritos/** Paulo Freire. 14. ed, ver. Atual. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FUNARI, Pedro P.; CARVALHO, Aline V. de: **Palmares, ontem e hoje.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005. Disponível em: < www.academia.edu/14413795/Palmares_ontem_e_hoje. > Acesso 21. Fev. 2022.

FUNARI, P, P, de A. **A arqueologia de Palmares- Suas contribuições para o conhecimento da história da cultura afro-amaricana.** In: REIS, J. J; GOMES, F. S. (Orgs) **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos do Brasil.** 1ª ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2012.

GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem** [Trad. Daniel Bueno]. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

INEP. Data Escola Brasil. 2014. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/data-escola-brasil>>. Acesso em: 9. Nov. 2018.

MARCONI. Marina de Andrade. LAKATOS. Eva Maria. **Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 7ª ed.- São Paulo: Atlas 2010.

Ministério da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em 16. Nov. 2018

MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Educação escolar quilombola em Minas Gerais: entre ausências e emergências.** Rev. Brasileira de Educação, v. 17, n. 50, p. 369-383. maio-ago. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vtvxW4PdPS4DjksjXqxHN/>>. Acesso em 14 de mar. 2022.

MOURA, Clóvis. **Quilombos: resistência ao escravismo/** Clóvis Moura- 1. Ed.- São Paulo: Expressão Popular, 2020. 136p.

MOURA, M.G. **Texto-referência para a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.** Conselho Nacional de Educação. Brasília-DF, 2011. 39p. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9200-texto-referencia-educacao-escolar-quilombola&Itemid=30192>. Acesso em 03. Jun. 2020.

Notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf.disponivelem<http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2018/notas_estatisticas_censo_escolar_2018.pdf>. Acesso em 18. Mar.2020.

Processo CEE Nº 0045143-8/2013 – Estabelece normas complementares para implantação e funcionamento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica – CEB/CEE – BA

RAMOS, D. O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII. *In*: REIS, J. J; GOMES, F. S. (Orgs). **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos do Brasil**. 1ª ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2012.

Referencial Curricular bonfinense 2020, **Educação Infantil e Ensino Fundamental**.

REIS, J, J. Escravos e coiteiros no quilombo do Oitizeiro Bahia, 1806. *In*: REIS, J, J; GOMES, F.S. (Orgs). **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil**. 1ª ed-São Paulo: Claro Enigma, 2012.

REIS, J, J; GOMES, F.S. **Uma história de liberdade**. *In*: REIS, J, J; GOMES, F.S. (Orgs). **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos no Brasil**. 1ª ed-São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. USP. 4 ed. 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Educação socialista, pedagogia histórico-crítica e os desafios da sociedade de classes**. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval (Org.) **Marxismo e Educação: debates contemporâneos**. Campinas: Autores Associados, 2005.

SCHWARTZ, S. Cantos e quilombos numa conspiração de escravos haussás. *In*: REIS, J. J; GOMES, F. S. (orgs). **Liberdade por um fio: histórias dos quilombos do Brasil**. 1ª ed.- São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SOUZA, Laura Olivieri Carneiro de. **Quilombos: identidade e história**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

SOUZA, Shirley Pimentel de. **Educação escolar quilombola: as pedagogias quilombolas na construção curricular**. 112f. 2015. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2015. Acesso em 13/10/2020. Disponível em:
<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/21077/1/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20Shirley%20Pimentel%20de%20Souza.pdf>> Acesso 4. Jan. 2021.

Fundação Cultural Palmares. **Tabela de C R Q completa**. Disponível em:
<<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/certificadas-02-08-2019.pdf>> Acesso em 17. Fev. 2022.

Tv ESCOLA. **Salto para o futuro: Educação escolar Quilombola**. Disponível em:<www.youtube.com/watch?v=p4KR5NvnPKY>. Acesso em: 6. Nov. 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico e gestão democrática: Novos marcos para a educação de qualidade. Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 3, n. 4, p. 163-171, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/viewFile/109/298>.> Acesso em 06 Jan. 2021.

VESTINA, C. L. B; RIBEIRO, D. **O movimento negro, a lei 10.639/03 e a educação escolar quilombola.** EDUCERE, XII Congresso Nacional da educação. Disponível em: <https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/17638_7498.pdf.> Acesso em: 22. Mar. 2022.